

## MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM REGGIO EMILIA<sup>1</sup>

CHANGES AND PERMANENCE IN EARLY CHILDHOOD  
EDUCATION MANAGEMENT IN REGGIO EMILIA

CAMBIOS Y PERMANENCIAS EM LA GESTIÓN DE LA  
EDUCACIÓN INFANTIL EM REGGIO EMILIA

*Maria Aparecida Antero Correia<sup>2</sup>*

### RESUMO

Grande parte do prestígio italiano na Educação Infantil advém da Emilia-Romagna, especificamente da cidade de Reggio Emilia, reconhecida pelas inovadoras propostas pedagógicas, com gestão participativa e democrática. A Educação Infantil italiana é dividida entre *nidi d'infanzia* (zero a 3 – creches) e *scuole dell'infanzia* (3 a 6 – pré-escolas). Somente a partir de 2017 as creches passaram a fazer parte da área de Educação, com a criação do Sistema Integrado de 0 a 6 anos. Esse quadro diferencia-se da realidade brasileira, que já na Constituição de 1988 e na LDB de 1996 incorporou a creche no sistema de Educação. Na Itália, o acesso dos bebês e das crianças às instituições de Educação Infantil ainda é restrito, principalmente devido à cobrança de altas mensalidades das famílias para a entrada de seus(suas) filhos(as) na creche, que pode ser pública, mas não é gratuita. A partir de análise documental, este artigo apresenta a configuração da educação de zero a 6 anos em Reggio Emilia, com dados sobre o atendimento à demanda, os valores pagos pelas famílias e as novas configurações para gestão de seu sistema, por meio de um processo chamado de hibridização. O estudo concluiu que, apesar de sua propagada qualidade, ainda é necessário um longo percurso para a garantia do direito dos bebês e das crianças a uma Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade. Verificou-se, ainda, que existe um processo diferenciado, resultante do histórico de luta e resistência de sua população, que pode ser um contraponto aos processos tradicionais de privatização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reggio Emilia. Educação Infantil. Gestão da educação. Hibridização. Participação social.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. A pesquisa faz parte da tese de doutorado *A educação da criança pequena na região da Emilia-Romagna na Itália: um estudo sobre organização, gestão e financiamento*, defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

<sup>2</sup> Doutora em Educação - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP - Brasil. Especialização em Gestão de Políticas Públicas - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). São Paulo, SP - Brasil. Professora Adjunta - Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Rolim de Moura, RO – Brasil. **E-mail:** [cidinha.antero@unir.br](mailto:cidinha.antero@unir.br).

**Submetido em:** 24/01/2023 - **Aceito em:** 03/10/2023 - **Publicado em:** 27/11/2023

**ABSTRACT**

Much of the Italian prestige in early childhood education, comes from the Emilia-Romagna, specifically from the city of Reggio Emilia, recognized for its innovative pedagogical proposals with participatory and democratic management. Italian early childhood education is divided between *nidi d'infanzia* (zero to 3 – kindergartens) and *scuole dell'infanzia* (3 to 6 – preschools). Only from 2017, day care centers became part of the education area, with the creation of the Integrated System for zero to 6 years. This picture differs from the Brazilian reality, which has incorporated the day care center in the education system already in the Constitution of 1988 and in the LDB of 1996. In Italy, access for babies and children to early childhood education institutions is still restricted, mainly due to the high monthly fees charged to families in the 0-3 years' stage, which may be public but not free. Based on document analysis, this article presents the configuration of education from zero to 6 years old in Reggio Emilia, with data on meeting demand, amounts paid by families and the new configurations for managing its system, through a process called hybridization. The study concludes that despite its propagated quality, it is still necessary a long way to guarantee the right of the babies and children to public, free and quality Early Childhood Education. It was also verified that there is a differentiated process resulting from the history of struggle and resistance of its population, which can be a counterpoint to the traditional processes of privatization.

**KEYWORDS:** Reggio Emilia. Childhood Education. Education Management. Hybridization. Social Participation.

**RESUMEN**

Gran parte del prestigio italiano en la educación infantil, llega de la región de Emilia-Romagna, específicamente de la ciudad de Reggio Emilia, reconocida por las innovadoras propuestas pedagógicas, con gestión participativa y democrática. La educación infantil italiana es dividida entre *nidi d'infanzia* (zero a 3 – guardería) y *scuole dell'infanzia* (3 a 6 – pré-escolar). Solamente a partir del 2017, las guarderías pasaron a formar parte del área de la educación, con la creación del Sistema Integrado de zero a 6 años. Esa imagen, difiere de la realidad brasileña, que ya en la Constitución de 1988 y en la LDB de 1996, agregó a guarderías en el sistema de la educación. En Italia, el acceso para bebés y de los niños a las instituciones de educación infantil aún es restringido, principalmente debido a que las familias pagan altas tarifas mensuales por el ingreso de sus hijos a la guardería en la etapa de 0 a 3 años, que puede ser pública, pero no gratis. A partir del análisis documental, este artículo presenta la configuración de la educación de zero a 6 años en la ciudad de Reggio Emilia, con datos sobre asistencia a la demanda, valores pagados por las familias y las nuevas configuraciones para la gestión de su sistema, por medio de un proceso llamado hibridación. El estudio concluye que a pesar de su propaganda calidad, aún es necesario un largo caminho para asegurar el derecho e los bebés y los niños a una Educación Infantil pública, gratuita y de calidad. Se verificó también que hay un proceso diferenciado, resultado de la historia de lucha y resistencia de su población, lo que puede ser un contrapunto a los procesos tradicionales de privatización.

**PALABRAS-CLAVE:** Reggio Emilia. Educación infantil. Gestión de la educación. Hibridación. Participación social.

\*\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

Mais conhecida das abordagens de Educação Infantil originárias da Itália, a experiência de Reggio Emilia seguiu, ao longo dos anos, desde o final da Segunda Guerra Mundial, como uma inspiração e referência para o século XXI por suas concepções progressistas de criança e infância que se efetivaram em instituições visitadas por

pesquisadores e profissionais da educação de todo o mundo. No Brasil, a proposta de Reggio Emilia vem sendo alvo de diversas traduções e publicações que discorrem sobre os diferentes aspectos dessa abordagem, como os trabalhos de Bondioli (2004), Edwards, Gandini e Forman (2016a, 2016b), Faria (1994) e Rinaldi (2018).

*O Reggio Approach* está inserido em uma comunidade didática pensada inicialmente por Loris Malaguzzi (1920-1994), um grande nome da pedagogia italiana que, ao longo de sua vida, mostrou-se sempre aberto a novas possibilidades e experiências no campo da educação e dos direitos das crianças. A proposta foi desenvolvida com familiares, membros da comunidade e crianças, que formaram um sistema de qualidade e que persiste (GARDNER, 2016). De acordo com Mantovani (2020, p. 17, tradução nossa), as instituições de Reggio Emilia são “um laboratório e não uma enciclopédia; melhor ainda, são um ateliê em que muitos aprendizes são bem-vindos não para copiar, mas para estudar, para entender e colocar em prática a própria arte”.

Esse laboratório criativo tornou-se muito conhecido a partir de uma publicação da revista *Newsweek* em 1991, que, dentre as 10 melhores escolas de Educação Infantil no mundo, elegeu a escola Diana, de Reggio, como a melhor. A região onde foi desenvolvida essa abordagem, a Emilia-Romagna, proporcionou as condições objetivas para a gestão democrática dessa proposta educacional, que incorporou a herança do que Putnam (2005) chama de comunidade cívica, com destaque para a participação social e política de sua população.

A essa herança juntou-se a aversão ao fascismo, combatido com rigor pelos *partigiani*<sup>3</sup> da resistência italiana. É uma região que, com a retomada da democracia no país, vê a ascensão do Partido Comunista Italiano – do qual fez parte o comunista, feminista e criancista Loris Malaguzzi, que foi, inclusive, seu Secretário de Educação (FARIA, 2007) – na administração regional e em várias cidades do território, entre elas Reggio Emilia.

A conformação da rede de Educação Infantil de Reggio Emilia com perfil de participação social remonta ao momento de criação de uma escola infantil – construída pelos próprios moradores com os destroços dos bombardeios da Guerra – em Villa Cella e das primeiras escolas *comunali*<sup>4</sup>, que desde seu início preveem uma gestão social “envolvendo as

---

<sup>3</sup> Os *partigiani* (partidários, em tradução literal) foram grupos organizados de combatentes da resistência italiana contra o nazifascismo. Reuniam adeptos de várias agremiações, como comunistas, socialistas e democratas cristãos. Alguns autores creditam o termo *partigiani* à sua expressão em francês, *partisans*, também participantes da resistência, no caso, a francesa.

<sup>4</sup> O adjetivo *comunale*, no singular, ou *comunali*, no plural, refere-se a situações relacionadas ao *comune* (*comuni*, no plural), que é o ente local italiano, como os nossos municípios. No texto, manteremos a palavra em

famílias, os cidadãos e as forças políticas e sociais. Uma experiência, portanto, que valoriza sua origem popular, desenvolvendo-a inclusive em nível pedagógico e didático” (PLANILLO, 2020, p. 58-59, tradução nossa).

As perspectivas da gestão escolar e da gestão do sistema educacional em Reggio Emilia entrelaçam-se e apresentam aspectos que, se, de um lado, herdaram a utopia da luta por creches e por práticas educacionais socialistas (FARIA, 2007), de outro lado, no atual contexto econômico, político e social, transformaram-se para se adequarem à nova realidade e às novas possibilidades de gestão. As novas relações entre o público e o privado na educação também chegaram em Reggio Emilia, que tenta se adaptar aos novos tempos.

O atual momento é de transformações na Educação Infantil italiana, que tenta superar históricos problemas estruturais – para garantir o direito à educação de todas as crianças –, como a não gratuidade da educação de zero a 3 anos, a disparidade no oferecimento de vaga entre o Norte e o Sul e a fragmentação dos percursos didático-pedagógicos entre as creches (*nidi d’infanzia*) e as pré-escolas (*scuole dell’infanzia*).

Este trabalho apresenta a configuração da educação de zero a 6 anos em Reggio Emilia, com dados obtidos em plataformas e nos relatórios oficiais sobre o atendimento à demanda, os valores pagos pelas famílias e as novas configurações para gestão de seu sistema. O artigo está dividido em cinco partes, que incluem esta introdução. Na segunda parte, são apresentadas informações acerca da conformação do Sistema Nacional de Educação de zero a 6 anos na Itália. Na terceira parte, são tratadas questões específicas da Educação Infantil em Reggio Emilia. Em seguida, são discutidas questões relacionadas à gestão da educação, com destaque para o processo de hibridização na criação de uma instituição para gerir creches e pré-escolas. E, então, são apresentadas algumas considerações finais.

## **2 REDE DE ATENDIMENTO E DIREITOS DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ITÁLIA: UM DEBATE NECESSÁRIO**

Nos últimos anos, cada país-membro da União Europeia, no campo da educação da criança pequena (Early Childhood Education and Care – ECEC), vem atuando para cumprir as metas de atendimento estabelecidas pelo Conselho Europeu de Lisboa de 2000, que prevê o percentual de 33% de cobertura de vagas para crianças abaixo de 3 anos. Para a pré-escola, o percentual atualizado em 2021 é de 96%. Em 2019 (antes da pandemia), o bloco já havia

---

italiano. Além dos *comuni*, a organização italiana também prevê a existência de 20 *Regioni* (regiões), de províncias e do *Stato*, seu governo central.

superado a meta na faixa de zero a 3 anos, com 35,3%. Em 2020, o percentual caiu para 32,4%. No entanto, em 2021, a cobertura volta a crescer, com 36,6%. Alguns países já superaram os 50% e outros, como Holanda e Dinamarca, estavam acima de 65% (ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA [ISTAT], 2022).

No caso da Itália, cujo percentual era de 27,2% em 2020, o dado provisório registrado para 2021 é de 29%. Contudo, existem áreas no país que apresentam percentuais bem menores de atendimento, principalmente nas regiões do Sul. Todas as cidades que têm menos de 10% de atendimento estão nessa parte do território italiano: Ragusa, Caltanissetta, Cosenza, Caserta. Em Catania, uma grande cidade da região da Sicília, somente 7,5% das crianças abaixo de 3 anos estavam na creche. Os dados de cobertura da pré-escola são mais homogêneos entre as regiões, e, na média geral, o país alcançou o percentual de 92,8% no ano escolar 2017/2018 (ITÁLIA, 2019).

O quadro de atendimento de zero a 3 anos sempre foi crítico, mas, com a pandemia, agravou-se, principalmente em razão do fechamento das estruturas e da interrupção de frequência de muitos bebês e crianças pequenas. Em dezembro de 2020, nos chamados serviços para a primeira infância<sup>5</sup>, houve uma diminuição de 2,1% nas unidades de atendimento, e foram registradas 13.542 unidades. As vagas sofreram um recuo de 2,9%, ou seja, caíram para 10.600 (CON I BAMBINI; OPENPOLIS, 2022).

Além dos problemas decorrentes da pandemia, exerceram influência nessa diminuição o aumento dos custos apontados pelas gestões municipais, a carência de recursos econômicos e a dificuldade das famílias para pagar as mensalidades.

Para o leitor brasileiro, pode parecer estranho pensar em um serviço educacional público mas que requer participação das famílias com mensalidades. Entretanto, essa é a realidade da Itália e de grande parte dos países europeus com relação ao acesso às creches. Essa estranheza pode advir de nossa convivência com uma legislação avançada acerca do direito das crianças à educação desde o nascimento, consagrado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 (BRASIL, 1996), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (BRASIL, 1990) e em outro dispositivo legal – homologado na Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007) – que melhorou as condições de implementação dessa legislação: a entrada da Educação Infantil em 2006 no principal mecanismo de financiamento da educação nacional, o Fundo de

---

<sup>5</sup> Na Itália, os serviços educativos para a primeira infância na faixa de zero a 3 anos são compostos por dois blocos distintos de estruturas de atendimento: 1) as creches: fazem parte os *nidi d'infanzia e as sezioni primavera*, mais parecidos com as creches brasileiras; e 2) os serviços integrados/complementares, que englobam os *spazi gioco* (espaços para brincadeira), *centri per bambini e genitori* (centros para crianças e pais) e *servizi educativi in contesto domiciliare* (serviços educativos em contexto domiciliar).

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Nossa Educação Infantil, com concepções avançadas de bebê, criança e infância e com uma proposta de organização educacional com financiamento permanente, pode ser apresentada como inspiração para o mundo, em que pesem nossa longa história de avanços e retrocessos no campo da Educação Infantil e a necessidade de permanentes mobilizações sociais para a defesa do direito dos bebês e das crianças (CORREIA, 2021).

Apesar de as trajetórias históricas da Educação Infantil italiana e brasileira serem parecidas, com grande foco na assistência social, a Itália ainda não alcançou os mesmos avanços que tivemos, como a inserção das creches na área da educação com garantia de acesso e permanência públicos e gratuitos. No caso italiano, os diferenciados percursos históricos entre as creches e as pré-escolas determinam a atual condição de atendimento no país:

Na história italiana, enquanto os atuais *nidi d'infanzia* (creches) passaram para a área da educação somente a partir de 2017, permanecendo longas décadas sem diretivas e financiamento centralizado, as *scuole d'infanzia* (pré-escolas) tiveram um crescimento dentro de uma concepção educacional, com legislação e financiamento emanados do Ministério da Educação. Outro fator de diferenciação das duas estruturas é a gratuidade: enquanto as creches, inclusive as públicas, exigem mensalidades das famílias, as pré-escolas são gratuitas e somente a alimentação (*mensa*) é cobrada dos pais. (CORREIA; MESSETTI, 2022, p. 2, grifos do original)

Todavia, não é apenas dentro das etapas da Educação Infantil que a história italiana produziu diferenças. A conformação do Estado italiano, dividido em 20 regiões com autonomia, e as dificuldades estruturais relacionadas a seus processos de desenvolvimento econômico e social, desde o *Risorgimento* (criação do Estado nacional italiano) no final do século XIX, colaboraram para as disparidades no atendimento relatadas anteriormente, que muitas vezes resultam das decisões ou da ausência de investimento permanente de cada região ao longo dos anos (CORREIA, 2021). Em que pese a primeira legislação sobre creches públicas ter sido criada pela Lei 1.044/1971 (ITÁLIA, 1971), o atendimento aos bebês e às crianças de zero a 3 anos cresceu mais nas regiões que receberam maior investimento político e onde houve a combinação da iniciativa dos governos locais aliada à sensibilidade política das administrações regionais (SABATINELLI, 2016).

Uma das consequências desse processo materializa-se na falta de vagas para as famílias interessadas e nas altas mensalidades, que apresentavam média nacional em 2019 de € 305,32<sup>6</sup>. Assim, mesmo que exista a vaga disponível, o custo para as famílias é uma forte barreira no cumprimento do direito à educação na faixa de zero a 3 anos, e é um grande desafio para a política educacional italiana (CORREIA, 2021).

<sup>6</sup> Valor de R\$ 1.715,89, com a cotação do euro de R\$ 5,62 em 24 de janeiro de 2023 (UNIVERSO ONLINE, 2023).

No caso da pré-escola, o *Stato*, governo central, é o responsável pelo financiamento, mas a execução é compartilhada com os *comuni* e os entes privados. Essa organização levou muitos municípios a transferirem para a gestão central as responsabilidades com a etapa de 3 a 6 anos. O processo de *statalizzazione* – transferência da gestão para o *Stato* – iniciou-se no final dos anos 1980 e, segundo Rosetti e Passarini (2018), atingiu principalmente os pequenos *comuni*, mas também alguns gestores privados religiosos. A educação na Itália tem historicamente um vínculo com entidades sem fins lucrativos do terceiro setor, como cooperativas ou entidades de vertente filantrópica e, principalmente, de linha religiosa.

Foi com essa realidade que o país chegou à década de 2000 com cobranças externas e internas para avançar em seu sistema de oferta da Educação Infantil. A mudança de rota iniciou-se com a promulgação da Lei 107/2015 (ITÁLIA, 2015) e o Decreto 65/2017 (ITÁLIA, 2017), que criaram o **Sistema Integrado de 0 a 6 anos**, incluindo, finalmente, a educação de zero a 3 anos no sistema de educação. Os primeiros resultados da Lei de 2015 e do Decreto de 2017 já são observados nas discussões e na criação de novos instrumentos orientadores da Educação Infantil. Um dos destaques é o documento *Diretrizes pedagógicas para o sistema integrado zero a seis anos* (ITÁLIA, 2021), que pretende criar um único percurso pedagógico entre as duas etapas.

O Decreto 65/2017 (ITÁLIA, 2017) regulamenta a coexistência entre as competências dos governos central, regionais e locais. Os principais temas tratados referem-se a direitos da infância; currículo e escolhas organizativas; profissionais da educação; e garantias de governança do sistema. A gestão da etapa de zero a 3 anos continua sob responsabilidade dos entes locais, que podem também criar e gerir pré-escolas municipais, de forma direta ou indireta. Os entes locais também são responsáveis por administrar o acesso das crianças às pré-escolas públicas e privadas com ordenamentos relacionados à definição de critérios, à orientação aos familiares e à gestão de listas de espera (ITÁLIA, 2015, 2017, 2021).

Nas novas normativas italianas, o objetivo de ampliar o atendimento à demanda na faixa de zero a 3 anos está sendo enfrentado pelo incremento de investimentos com a criação do Fundo Nacional para o Sistema Integrado de Educação, instituído pelo referido Decreto. Na esfera de atuação regional, a Emilia-Romagna criou um fundo próprio, que aumentou os recursos direcionados às creches: o fundo *Al nido con la Regione* (Na creche com a região). Com esses fundos, os *comuni* buscam incrementos em suas políticas educacionais locais. É o caso de Reggio Emilia (COMUNE DI REGGIO EMILIA, 2022a).

As novas regulamentações nacionais e regionais chegaram à administração da cidade, que já apresentava um quadro de atendimento diferenciado – com destaque para sua

qualidade –, e que também apresentará especificidades nesse novo momento histórico do atendimento da Educação Infantil italiana.

### 3 REGGIO EMILIA EM TEMPOS DE MUDANÇAS

Não se espera que uma proposta educacional seja estática e não se molde às novas realidades sociais, principalmente em um momento histórico de profundas reformas educacionais. Nesse processo em que surgiram novas formas emergentes de governo, financiamento, gestão e avaliação – aspectos da educação estratégicos nas reformas neoliberais conservadoras –, foram alteradas as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil e as formas e os espaços para o exercício da democracia (CARDOSO, 2005). Essa perspectiva teria modificado a tendência participativa e democrática da educação de Reggio Emilia?

A fim de responder a essa questão, fazem-se necessários alguns parâmetros para análises de gestão educacional. Para esse propósito, pode ser indicada a abordagem de Cardoso (2005), que poderia ser adaptada para a análise de nosso território e apresenta duas vertentes importantes sobre os sistemas nacionais de cada país: 1) considerar a herança deixada pelas relações entre Estado, mercado e sociedade civil, questionando as formas e os objetivos finais do governo, financiamento, gestão e avaliação sobre os quais foi construído o sistema; e 2) levar em conta as transformações correntes e avaliar o envolvimento dos indivíduos e das instituições privadas (lucrativas e não lucrativas) no governo, no financiamento, na gestão e na avaliação do ensino e aprendizagem.

São essas premissas a bússola desta seção. Em que pese existir no contexto italiano o que Ball (2001, p. 103) denomina de “convergência de paradigmas” sobre a necessidade de se implementarem políticas na área de educação voltadas para a agenda educacional global hegemônica por diretrizes mercadológicas, a implementação no âmbito dos Estados nacionais e, por conseguinte, dos governos subnacionais apresenta nuances que têm “uma variação na cadência, no grau de intensidade e no hibridismo da implementação destas novas tecnologias de políticas” (p. 103).

Nesse sentido, retomamos a apresentação dos dados educacionais de zero a 6 anos que se destacam dentro da própria região da qual fazem parte a província<sup>7</sup> e o *comune* de Reggio Emilia. No ano escolar 2018/2019, a cobertura para a faixa de zero a 3 anos para a província era a mesma da média da Região da Emilia-Romagna, 33,1%, com atendimento de 60,1% pelos *comuni* e 39,9% por instituições privadas. Na faixa de 3 a 6 anos, o percentual de

---

<sup>7</sup> Além da cidade de Reggio Emilia, a província, com o mesmo nome, incorpora outros 41 *comuni*.

atendimento era de 89,9%, abaixo da média regional de 92,9%, dividido entre pré-escolas centrais (32,4%), *comunali* (27%) e privadas (40,7%). Nesses dados é perceptível que o setor público ainda é predominante nas duas faixas de idade, inclusive na pré-escola, se juntarmos os 32,4% do governo central com os 27% das gestões *comunali* (REGIONE EMILIA-ROMAGNA, 2020).

Assim, a atuação do setor público ainda tem preponderância sobre os demais setores que atuam na educação. No entanto, é preciso considerar que os dados de atendimento ainda revelam muitas crianças fora do sistema. Se entendemos que questões relacionadas à qualidade devem também levar em conta o número de vagas disponibilizadas, ou melhor, a vertente da quantidade (CORRÊA, 2003), podemos inferir que a proposta de Reggio Emilia não apresenta o padrão de qualidade comumente difundido sobre seu sistema. Assim, na região, como no resto do país, contribuem para essa situação a organização de suas estruturas e a cobrança de mensalidades.

A rede de atendimento (excluindo os serviços integrados/complementares) é composta por 12 creches *comunali* e 14 conveniadas. São 20 pré-escolas *comunali*, 14 do governo central, 4 privadas e 5 geridas pela Federazione Italiana Scuole Materne (FISM).<sup>8</sup> Com relação às outras estruturas de atendimento, existem 14 *sezione primavera* alocadas nas pré-escolas geridas pela FISM. A organização do sistema prevê o horário de funcionamento das creches das 8h00 às 16h00, porém a entrada pode ser antecipada para 7h30. As crianças também podem deixar as creches às 13h00, mas sem desconto na mensalidade, ou ainda optar por horário prolongado, em que elas permanecem nas instituições das 16h00 às 18h30, com pagamento de um valor adicional (COMUNE DI REGGIO EMILIA, 2022a).

Em Reggio Emilia, assim como em toda a Itália, o pagamento de mensalidades para frequência nas creches – ou taxas de matrícula, alimentação e transporte, no caso das pré-escolas – é cobrado de forma progressiva, a partir da renda familiar calculada pelo *Indicatore della Situazione Economica Equivalente (ISEE)*, um mecanismo que avalia a condição financeira da família com base em dados de renda. A definição dos valores das mensalidades é feita pelo Conselho de Administração da *Istituzione Scuole e Nido d'infanzia*, órgão que realiza a gestão da Educação Infantil do Comune e que será apresentado adiante. O processo de discussão das tarifas envolve famílias, professores, pedagogos, sindicatos e cooperativas. Com o aumento de recursos dos fundos de financiamento nacional e regional, segundo a administração local, vem sendo praticada uma política de redução de tarifas desde 2018, com diversas faixas de descontos (COMUNE DI REGGIO EMILIA, 2022a).

---

<sup>8</sup> A FISM é uma organização da sociedade civil de inspiração católica, que atua na gestão de unidades educacionais, principalmente nas pré-escolas.

Os dados da Tabela 1 apresentam os valores cobrados pelo Comune de Reggio Emilia para o ano escolar de 2022/2023.

**Tabela 1.** Valor das mensalidades para creches do Comune de Reggio Emilia (Ano Escolar 2022/2023)<sup>9</sup>

<b>Indicador ISEE (€)</b>	<b>Valor da mensalidade (€)</b>
<b>Até 4.000,00</b>	32,00
<b>Até 6.200,00</b>	45,00
<b>Até 8.300,00</b>	71,00
<b>Até 11.000,00</b>	99,00
<b>Até 14.000,00</b>	152,00
<b>Até 16.000,00</b>	186,00
<b>Até 18.000,00</b>	221,00
<b>Até 21.000,00</b>	242,00
<b>Até 24.000,00</b>	277,00
<b>Até 28.000,00</b>	326,00
<b>Até 30.000,00</b>	400,00
<b>Até 32.000,00</b>	416,00
<b>Acima de 32.000,00 ou sem apresentação de ISEE</b>	540,00

Fonte: adaptada pela autora de Comune de Reggio Emilia (2022a)

Em que pese o escalonamento na cobrança de mensalidades, uma família de classe média com dois filhos na creche pagaria ao mês cerca de € 500,00 – o que consumiria 30% de uma renda média que, em 2020, foi de € 1.700,00 (ISTAT, 2023). Isso leva muitas famílias a delegar o cuidado das crianças aos avós, realidade verificada no tradicional familismo italiano, considerado como um estado de bem-estar social em que a família tem grande participação

<sup>9</sup> Os valores são para creches *comunali* e conveniadas. As três primeiras faixas são reservadas às famílias em situação de vulnerabilidade social.

na proteção social, principalmente na designação do cuidado de pessoas que não são autossuficientes.

No caso das pré-escolas, o horário de funcionamento é das 8h00 às 16h00. A entrada também pode ser antecipada para 7h30. Uma unidade, a P. Picasso/Belvedere, funciona das 8h00 às 13h00. Diferentemente das creches, no caso de saída antecipada a pedido das famílias, são concedidos descontos nas tarifas. No caso de prolongamento de horário, também são cobrados pagamentos adicionais.

Na Tabela 2 são detalhados os valores das mensalidades para as pré-escolas em Reggio Emilia.

**Tabela 2.** Valor das mensalidades para pré-escolas em tempo integral e parcial no Comune de Reggio Emilia (Ano Escolar 2022/2023)<sup>10</sup>

<b>Indicador ISEE (€)</b>	<b>Pré-escola de gestão comunale conveniada e 8h00 às 16h00 (€)</b>	<b>Pré-escola de gestão comunale em tempo parcial Picasso/Belvedere (€)</b>	<b>Pré-escolas de gestão do governo central (€)</b>
<b>Até 4.000,00</b>	63,00	54,00	63,00
<b>Até 6.200,00</b>	93,00	79,00	82,00
<b>Até 8.300,00</b>	141,00	120,00	105,00
<b>Até 15.000,00</b>	156,00	133,00	113,00
<b>Até 21.000,00</b>	171,00	145,00	127,00
<b>Até 28.000,00</b>	191,00	162,00	148,00
<b>Até 30.000,00</b>	207,00	176,00	155,00
<b>Até 32.000,00</b>	220,00	187,00	155,00
<b>Mais de 32.000,00</b>	240,00	204,00	155,00

Fonte: adaptada pela autora de Comune de Reggio Emilia (2022b, 2022c)

<sup>10</sup> O valor máximo nas pré-escolas do governo central a ser pago é de € 155,00, para ISEE acima de € 28.000,00.

Observamos valores bem menores do que os das creches – principalmente na gestão central –, mas que ainda podem pesar, mesmo para as famílias com renda mais alta. A diferença nesse caso é que as tarifas são essencialmente para cobertura de alimentação e, ocasionalmente, transporte.

Mesmo com a redução de tarifas, a cobrança para frequência incide na escolha das famílias por matricular seus filhos, principalmente nas creches, que também sofrem com as dificuldades orçamentárias por parte dos *comuni* para manutenção do sistema. E, diante de pressões internas e externas direcionadas para alteração na gestão das instituições, o Comune de Reggio Emilia buscou alternativas e criou outro órgão público, que será apresentado a seguir.

### 3.1 Resposta aos novos tempos: hibridização na gestão

A região da Emilia-Romagna destaca-se por duas formas de participação e controle social relacionadas à educação, que sustentam a manutenção das premissas públicas, democráticas, participativas e de qualidade que construíram sua educação de zero a 6 anos. A primeira forma é a supervisão das instituições, o que daria um caráter de qualidade e de acompanhamento e manteria sua educação ainda como protagonista na política educacional italiana. É o caso do *accreditamento* (credenciamento) das instituições de zero a 3 anos para o recebimento de recursos públicos, que estabelece altos padrões para autorizar o funcionamento, em que devem ser considerados vários aspectos: a capacidade de formular um projeto pedagógico, a disponibilização de um coordenador pedagógico, a formação em serviço do pessoal e a adoção de instrumentos de avaliação de serviços (BONDIOLI, 2004). De certo modo, o credenciamento funcionaria quase como uma certificação de qualidade para a creche que o obtém.

A segunda forma está relacionada à forte cultura democrática na região, que criou um processo de gestão social nas unidades educacionais com os *consigli dei genitori* (conselhos de pais) e os conselhos municipais de políticas públicas, principalmente das políticas sociais. É o binômio presente na cultura educativa de Reggio Emilio: participação + gestão = *gestione sociale* (gestão social). Atualmente, existem os Consigli Infanzia Città, presentes em cada unidade de Educação Infantil *comunale*, com integrantes eleitos democraticamente (COMUNE DI REGGIO EMILIA, 2002, 2018).

As premissas constantes da proposta de Reggio Emilia estão relacionadas ao histórico das mobilizações das organizações sociais que ainda atuam na discussão das políticas, que são parte fundamental em sua configuração e que se colocaram como uma barreira para a avalanche de propostas privatistas da educação.

A hegemonização das orientações neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 no mundo, bem como o ideário da Nova Gestão Pública com caráter empresarial e gerencialista, que entre outras propostas propagava a privatização e a diminuição do papel do Estado, abriram espaço para a criação de uma série de arranjos institucionais e mercadológicos, entre Estado e setor privado, que nem sempre visam o papel social da educação, mas preferencialmente o lucro. Para muitos autores, a elaboração de arranjos com o setor privado na educação caracteriza um processo de privatização que pode ser “entendido, de forma abrangente, como a transferência, por parte do poder público, da responsabilidade pela efetivação do direito à educação formal para o setor privado” (ADRIÃO; PINTO, 2016, p. 11).

No entanto, é preciso considerar que, no quadro de reformas do setor público dos anos 1990, “nem todas as organizações incorporam mudanças com igual boa vontade ou entusiasmo” (BALL, 2011, p. 29). No caso da região da Emilia-Romagna, para além de um laboratório de práticas pedagógicas, ela pode ser considerada um laboratório de elaboração e experimentação de soluções no campo das políticas públicas que acabam, inclusive, difundindo-se para outras regiões italianas (NERI, 2015). Essa perspectiva repercutiu nos entes locais, que se tornaram pioneiros em criar arranjos diferenciados para atendimento da demanda por vagas e que podem ter se transformado em uma alternativa aos processos tradicionais de terceirização ou privatização (CORREIA, 2021).

Experiências anteriores de articulação entre Estado e sociedade civil já existiam na região – entre elas destaca-se o cooperativismo, que há décadas atua na gestão indireta de diversos serviços públicos. As cooperativas da Emilia-Romagna estão profundamente identificadas com o perfil solidário da região. Segundo Gandini (2016), na Itália, elas têm uma história que se inicia com a criação da primeira cooperativa rural, em 1883, passa pela repressão durante o fascismo e retoma seu protagonismo no período pós-guerra, quando apoiaram os projetos de Educação Infantil em toda a região, incluindo Reggio Emilia.

Contudo, na década de 1990, a pressão para que acontecessem outros tipos de articulação que levassem a um processo total de privatização aumentou. As medidas de austeridade em âmbito nacional impuseram pesadas restrições, principalmente com relação à contratação de pessoal e à gestão de substituições, o *turn over*<sup>11</sup>, o que condicionou as escolhas de gestão das administrações locais, às vezes, ao foco na flexibilização (NERI, 2012a, 2012b). Essas dificuldades causaram enorme repercussão, especialmente nos *comuni*, que nos anos anteriores tinham investido na gestão direta e em serviços com altos padrões de qualidade (NERI, 2015). Assim, diante de um quadro de grave contenção orçamentária e com

<sup>11</sup> O *turn over* (virada, renovação, reversão), na gestão, refere-se ao fluxo de entrada e saída de trabalhadores em determinado período, que se materializa na taxa de rotatividade da organização pública ou privada.

a existência na região de uma forte resistência à terceirização de atividades do setor público, foram criadas estruturas que “são funcionais para manter o consenso político e social” (NERI, 2016, p. 448). Especificamente na educação para a primeira infância, nas regiões do Centro-Norte italiano, onde existem grande tradição e qualidade, “o abandono da gestão direta a favor de um sujeito privado independente encontra frequentemente fortes resistências não apenas por parte de funcionários e dos sindicatos, mas também das comunidades locais” (p. 447, tradução nossa).

Nesse contexto, um grupo de *comuni*, na tentativa de conciliar pressões fiscais com os interesses da sociedade, que reivindicava o acesso a creches e pré-escolas de qualidade, rumou em direção a outra tendência – ou, como define Neri (2016), a uma ação social criativa – e elaborou algumas soluções denominadas “híbridas” (NERI, 2015). Nesses arranjos, transfere-se toda a gestão ou parte dela às novas instituições que seriam criadas para gerir os serviços e mantém-se participação e controle no setor público – as instituições são, assim, consideradas órgãos públicos autônomos com controle público total ou com participações públicas e privadas.

De acordo com Neri (2016), esse processo, denominado *ibridazione* (hibridização), permanece dentro de uma perspectiva de gestão pública dos serviços, quando apresenta a criação de soluções localizadas no Estado, diante de um contexto de grandes dificuldades para a manutenção da gestão direta das creches pelos *comuni* e de resistência à privatização – inclusive, não se precariza o serviço e conserva-se sua qualidade. As instituições têm restrições financeiras mais brandas e encontram hostilidade menor da opinião pública e das forças políticas e sociais (NERI, 2015).

São estruturas que, por visarem redução de custos, não estão desvinculadas do contexto de transformações capitalistas e de reforma do Estado. A diferença estaria na forma de enfrentamento dos problemas, em uma comunidade educativa criada a partir da escolha da participação como fato constitutivo de sua educação, como um traço da profissionalidade dos trabalhadores, com titularidade plena das crianças como sujeitos de direitos e com o reconhecimento das famílias como interlocutores de todo o projeto (CAGLIARI *et al.*, 2021).

No plano nacional italiano – no arcabouço normativo – tinham sido popularizadas, no âmbito da administração pública, algumas estruturas diferenciadas: *istituzioni* (instituições); *aziende speciali* (empresas especiais); *fondazioni* (fundações); e *società a capitale misto pubblico-privato* (sociedades de capital misto público-privado) (NERI, 2016).

De acordo com Neri (2015), a *istituzione* seria a forma que mais se aproxima da manutenção de gestão direta e foi a mais difundida na Emilia-Romagna e em outras regiões italianas. A transferência dos serviços acontece dentro do sistema público municipal, e não separadamente dele, e, apesar de manter menos autonomia que as fundações ou empresas especiais, pode “ser considerada de fato uma articulação organizativa do *comune* dotada de relevante autonomia gestonária” (NERI, 2015, p. 3, tradução nossa).

O Comune de Reggio Emilia optou pela criação de uma *istituzione*, em 2003, a chamada Istituzione Scuole e Nidi d’Infanzia Reggio Emilia, com 100% de capital público e qualificada como um organismo instrumental do Comune para o exercício de serviços sociais, sendo uma estrutura para a gestão e supervisão de creches e pré-escolas (COMUNE DI REGGIO EMILIA, 2021). De acordo com Piccinini e Giudici (2016), com sua criação, permaneceu, mesmo com uma crise estrutural da economia mundial, a ideia democrática de oferecer oportunidades a todos e a visão da educação como um direito, e não uma necessidade. Essa premissa fundamentou a formação de seu próprio sistema público integrado de educação de zero a 6 anos, com a participação de outros sujeitos e instituições regidas por acordos mútuos, o que levou ao aumento da quantidade e da qualidade. A *istituzione* seria “a melhor forma de organização para garantir autonomia e responsabilidade orçamentária” (PICCININI; GIUDICI, 2016, p. 109). O *Reggio Emilia Approach*, ao que parece, continua a difundir sua proposta educacional e a defesa das crianças, dentro de um sistema que, além da Istituzione Scuole e Nidi d’Infanzia Reggio Emilia, agrega dois centros internacionais: o Reggio Children e a Fondazione Reggio Children – Centro Loris Malaguzzi.

Periodicamente, é convocada uma mesa-redonda interinstitucional com todos os entes gestores do sistema, que discutem as políticas da cidade para a infância, planejam e organizam iniciativas formativas para qualificarem a oferta educacional em todo o sistema e definem projetos comuns de continuidade. As relações são reguladas por um contrato firmado entre o Comune e a Istituzione, que, por sua vez, tem autonomia gestonária, administrativa, cultural e pedagógica. O contrato é renovado a cada cinco anos e cabe à administração pública aprovar o regulamento da Istituzione, aportar capital e determinar as finalidades e as diretrizes anuais, tendo como base a deliberação do Consiglio Comunale<sup>12</sup> (Conselho Comunale) (REGGIO EMILIA, 2021). A Istituzione adota todos os acordos sindicais firmados pelo Comune relacionados a funcionários dos serviços para a primeira infância e tem autonomia para admitir e organizar pessoal e contratar funcionários por tempo determinado. Pode utilizar-se dos serviços do Comune para operacionalizar a admissão também por tempo indeterminado, a formação de profissionais docentes e auxiliares, a aquisição de bens necessários ao funcionamento e a gestão total dos processos administrativos e contábeis.

<sup>12</sup> O Consiglio Comunale é um órgão previsto na legislação italiana composto por membros eleitos pelos residentes dos *comuni*, com mandato de cinco anos, com competência para elaborar e fiscalizar as políticas.

Nesse tipo de arranjo, o *comune* mantém uma sintonia fina e controle sobre a nova estrutura e ainda detém o direcionamento das políticas da cidade para a infância. É o caso da determinação dos valores das mensalidades cobradas das famílias, que são decididos no Conselho de Administração da *istituzione*, mas que têm como base as diretrizes aprovadas pelo Consiglio Comunale. A definição dos valores ainda resguarda um processo participativo que envolve familiares, professores, pedagogistas, sindicatos e cooperativas.

Em que pese ser uma solução diferenciada, segundo Campioni e Marchesi (2018, p. 17), existe o risco de perda da contribuição histórica da educação italiana, pois mudanças gerenciais podem “negligenciar a contribuição histórica dada ao sistema de educação nacional e privar crianças e famílias de escolas inovadoras que se esforçam para equilibrar os direitos das crianças, familiares e funcionários, graças também às suas condições organizacionais”.

Outro alerta é feito por Neri (2016, p. 456, tradução nossa), sobre um problema que pode surgir a longo prazo, relacionado às condições de trabalho e aos salários diferenciados que podem atingir a profissionalidade dos trabalhadores e assim interferir na qualidade:

No momento, não existem sinais de que o agravamento das condições de trabalho, mais evidentes em alguns casos, tenha prejudicado a qualidade do serviço. Todavia, é possível que isso venha a acontecer no futuro, sobretudo se prosseguir um direcionamento que, muitas vezes até agora, acabou por privilegiar a redução do custo do trabalho (ainda que limitada) entre os objetivos das novas gestões.

No caso de Reggio Emilia, a administração mantém o controle sobre o processo de elaboração das políticas educacionais que lhe competem, tem em seu poder a definição das regras para funcionamento das unidades e preserva um robusto sistema de supervisão. Outrossim, a partir dos documentos publicados pela região sobre gestão e supervisão, bem como sobre as diretrizes para o projeto pedagógico, foi constatado que as concepções de políticas de educação para a criança pequena, criadas a partir do debate público, permaneceram ao longo dos anos como um valor que também é incorporado pelas instituições privadas, inclusive como fator de qualidade (CORREIA, 2021).

Nesse sentido, podemos inferir que ocorre no local o contrário do processo de mercantilização descrito pela literatura em que o privado define os contornos do setor público, como no caso brasileiro, retratado por Peroni (2015), que constatou a existência da privatização da educação, com o poder público assumindo a lógica do privado na administração pública e ainda apresentando a possibilidade de renunciar à decisão sobre o conteúdo da educação, por meio da alteração da propriedade, de parcerias ou da permanência da estrutura estatal, com uma lógica de mercado. O Estado, materializado no

Comune de Reggio Emilia, não se retirou do cenário a fim de dar espaço para o setor privado ocupar, mesmo com a garantia de que uma parte seja executada por administração indireta (CORREIA, 2021).

Mas, no atual momento histórico, é preciso considerar que as condições sociopolíticas – que foram essenciais para o desenvolvimento da proposta *reggiana* de qualidade – se alteraram. A Europa, mesmo antes da pandemia, já vivia um momento de maior austeridade fiscal e de derrotas dos movimentos progressistas, inclusive em algumas regiões do Norte. De outro lado, os custos de manutenção das creches aumentaram: em 2019, recaíram 81,3% sobre os *comuni* e 18,7% ficaram para as famílias. Com a pandemia e a diminuição do número de matriculados, o percentual variou para 87,4% para os *comuni* e 12,6% para as famílias (ISTAT, 2022).

A continuidade, portanto, das políticas de educação para a primeira infância descritas neste artigo dependerá dos rumos que a Itália tomará no próximo período e de como a sociedade reagirá às políticas de cortes orçamentários que estão sempre presentes na agenda do mercado. Nesse quadro, é preciso atentar para que não se configure um processo de privatização *lato sensu*<sup>13</sup> – descrito por Lima (2018), que observa a impregnação empresarial em alguns regimes jurídicos híbridos que combinam elementos de administração pública e gestão empresarial –, o que pode levar ao aumento das desigualdades sociais entre os bebês e as crianças e precarizar as condições de trabalho dos professores.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios para a garantia do direito de todos os bebês e de todas as crianças a uma educação de qualidade passam pela solução de problemas estruturais da Educação Infantil italiana relacionados à necessidade da ampliação de vagas e à gratuidade do atendimento aos bebês e às crianças de zero a 3 anos de idade. A expectativa é que, com a criação do Sistema Integrado 0-6, seja aberto o caminho para superar essas debilidades.

Em Reggio Emilia, as tendências na gestão portam a ideia de um hibridismo que, na forma de implementação, não adota uma proposta totalmente privatizante, mas, ao mesmo tempo, não recusa incorporação e mudanças na gestão em que se agregam parceiros do âmbito privado para a execução dos serviços públicos.

<sup>13</sup> Para Lima (2018), existem processos de privatização *stricto sensu*, com a criação de escolas privadas, alteração de estatuto da propriedade das escolas, novas regras de financiamento e provisão e introdução de lógicas e mecanismos de inspiração mercantil. Já os processos de privatização *lato sensu* são miscigenações complexas que consideram a empresa privada como modelo organizacional e processo de gestão superior racionalmente com um vasto, diversificado e heterogêneo processo relativo a política, gestão, currículo, avaliação, liderança etc.

Assim, o híbrido não estaria apenas no tipo de alteração da gestão das instituições de educação mas também na forma como a gestão pública incorpora as diretrizes internacionais hegemônicas de reformas da educação – que preconizam um intenso processo de privatização em várias áreas – e na dimensão em que acontece essa incorporação. Até o momento, a Istituzione vem cumprindo a tarefa de suprir as necessidades advindas das dificuldades orçamentárias, mas, a depender dos rumos que o país vai tomar no próximo período, o contexto pode se transformar e aderir definitivamente a uma proposta de privatização, defendida pelo governo nacional de extrema direita que passou a ocupar o poder a partir de 2022.

Ao seguirmos a história de Reggio Emilia e da articulação social em defesa da Educação Infantil de qualidade, esperamos que a sociedade local amplie a luta pela gratuidade e pelo fortalecimento do poder público como provedor do atendimento educacional para bebês e crianças pequenas. A participação social pode e deve ser um diferencial na organização e na resistência à privatização em Reggio Emilia.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; PINTO, José Marcelino Rezende. Privatização da educação na América Latina. Apresentação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 11-15, jan./mar. 2016.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. 2. reimp. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-53.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n o 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n os 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm) Acesso em: 10 out. 2023.

BONDIOLI, Anna. **Projeto pedagógico da creche e a sua avaliação**: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.

CAGLIARI, Paola; GIUDICI, Claudia; RINALDI, Nando; VECCHI, Vea. **Partecipazione e gestione sociale**. Reggio Emilia: Reggio Children, 2021. *E-book*. (Tacuini IV).

CAMPIONI, Lorenzo; MARCHESI, Franca. Presentazione. *In*: CAMPIONI, Lorenzo; MARCHESI, Franca (org.). **La strada maestra**. Tracce di storia delle scuole comunali dell'infanzia nei Comuni capoluogo dell'Emilia-Romagna. Bolonha: Zeroseiup, 2018. p. 15-19.

CARDOSO, Clementina Marques. O público no privado e o privado no público em Portugal de na Inglaterra. *In*: ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; PERONI, Vera (org.). **O público e o privado na educação**. Interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. p. 81-117.

COMUNE DI REGGIO EMILIA. **Carta dei consigli infanzia città**. 2002. Disponível em:  
<http://www.scuolenidi.re.it/allegati/cartaconsigliweb.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

COMUNE DI REGGIO EMILIA. **Nidi e Scuole dell'infanzia**. 2018. Disponível em:  
<http://www.scuolenidi.re.it/MappaAsiliScuole.jsp?ordina=sj> Acesso em: 15 jan. 2023.

COMUNE DI REGGIO EMILIA. **Regolamento Istituzione Scuole e Nidi D'infanzia**. 2021. Disponível em: <http://www.scuolenidi.re.it/allegati/registituzione.pdf> Acesso em: 13 fev. 2021.

COMUNE DI REGGIO EMILIA. **Informazioni sulle norme relative alla frequenza e alle rette nei nidi d'infanzia comunali anno scolastico 2022/2023**. 2022a. Disponível em:  
<http://www.scuolenidi.re.it/Sezione.jsp?titolo=Scuole%20dell%27Infanzia%20Comunali%20-%20Materiali%20avvio%20anno%20scolastico&idSezione=378> Acesso em: 14 jan. 2023.

COMUNE DI REGGIO EMILIA. **Informazioni sulle norme relative alla frequenza e alle rette nelle scuole dell'infanzia comunali anno scolastico 2022/2023.** 2022b. Disponível em: <https://www.comune.re.it/servizi/educazione-e-formazione/scuole-e-sezioni-primavera-autonome-aderenti-alla-fism/scuole-dellinfanzia-comunali-e-convenzionate-rette> Acesso em: 14 jan. 2023.

COMUNE DI REGGIO EMILIA. **Informazioni sulle norme relative alle rette nelle scuole d'infanzia statali anno scolastico 2022/2023.** 2022c. Disponível em: <https://www.comune.re.it/servizi/educazione-e-formazione/scuole-e-sezioni-primavera-autonome-aderenti-alla-fism/scuole-dellinfanzia-statali-rette> Acesso em: 14 jan. 2023.

CON I BAMBINI; OPENPOLIS. **Il Pnrr e la povertà educativa.** Le misure del piano nazionale di ripresa e resilienza su 3 aspetti chiave: asili nido, edilizia scolastica e riduzione dei divari educativi. 2022. Disponível em: <https://www.conibambini.org/2022/12/13/rischio-asili-fantasma-a-sud-e-nelle-aree-interne/> Acesso em: 14 jan. 2023.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 119, p. 85-112, jul. 2003.

CORREIA, Maria Aparecida Antero. **A educação da criança pequena na região da Emilia-Romagna na Itália:** um estudo sobre organização, gestão e financiamento. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Estado, Sociedade e Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CORREIA, Maria Aparecida Antero; MESSETTI, Giuseppina. Creches e Pré-Escolas no Sistema de Educação Italiano: considerações sobre a história, as decisões e os recursos financeiros. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 3, páginas, 01-16 2022.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança.** A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016a. v. 1.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. Introdução: origens e pontos iniciais. *In*: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança.** A experiência de Reggio Emilia em transformação. Porto Alegre: Penso, 2016b. p. 23-43. v. 2.

FARIA, Ana Lucia G. Impressões sobre as creches no norte da Itália: bambini si diventa. *In*: ROSEMBERG, Fulvia; CAMPOS, Maria Malta (org.). **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte.** São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1994.

FARIA, Ana Lucia G. Loris Malaguzzi e os direitos das crianças pequenas. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Apezato (org.).

**Pedagogia(s) da infância:** dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 50-75.

GARDNER, Howard. Prefácio. Perspectivas complementares sobre Reggio Emilia. *In*: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança.** A experiência de Reggio Emilia em transformação. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 13-16. v. 1.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA. **Offerta di nidi e servizi integrativi per la prima infanzia.** Anno Educativo 2020/2021. 2022. Disponível em: <https://www.istat.it/it/archivio/276361> Acesso em: 14 jan. 2023.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA. **Dati.** 2023. Disponível em: <http://dati.istat.it> Acesso em: 24 jan. 2023.

ITÁLIA. Lei n.º 1044, de 6 de dezembro de 1971. Piano quinquennale per l'istituzione di asilunido comunale con il concorso dell' Stato. **Gazzetta Ufficiale**, n. 316, 15 dez. 1971. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1971/12/15/071U1044/sg> Acesso em: 10 out. 2023.

ITÁLIA. Lei n.º 107, de 13 de julho de 2015. Riforma del sistema nazionale di istruzione e formazione e delega per il riordino delle disposizioni legislative vigenti. **Gazzetta Ufficiale**. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2015/07/15/15G00122/sg> Acesso em: 8 ago. 2020.

ITÁLIA. Decreto n.º 65, de 13 de abril de 2017. Istituzione del sistema integrato di educazione e di istruzione dalla nascita sino a sei anni. **Gazzetta Ufficiale**, n. 112, 16 maio 2017. Disponível em <http://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2017/05/16/17G00073/sg> Acesso em: 5 maio 2018.

ITÁLIA. Dipartimento per le politiche della famiglia. **Manuale dei servizi educativi per l'infanzia** – Programmare, progettare e gestire per la qualità del sistema integrato. 2019. Disponível em: <https://www.minori.gov.it/it/minori/manuale-dei-servizi-educativi-linfanzia-quarta-edizione> Acesso em: 12 set. 2020.

ITÁLIA. Ministero dell'istruzione. **Decreto ministeriale n.º 334, de 22 novembre de 2021.** Linee pedagogiche per il sistema integrato zerosei. [S. l.]: Ministero dell'istruzione, 2021. Disponível em: <https://www.miur.gov.it/web/guest/-/decreto-ministeriale-n-334-del-22-novembre-2021> Acesso em: 14 jan. 2023.

LIMA, Licínio C. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan./abr. 2018.

MANTOVANI, Susanna. Incontri, confronti, dissensi, nostalgie (con una postilla). *In*: PLANILLO, Alfredo H. (org.). **Loris Malaguzzi.** Una biografia pedagogica. 2. ed. Lombardia: Edizioni Junior, 2020.

NERI, Stefano. **I servizi per l'infanzia comunali nella crisi e il caso del Comune di Bologna**. 2015. Disponível em: <https://www.secondowelfare.it/rapporti/2r2w/capitolo-7.html> Acesso em: 6 fev. 2021.

NERI, Stefano. Garantire i servizi nella crisi. I processi di ibridazione dei servizi comunali per l'infanzia. **Politiche Sociali**, Bolonha, n. 3, p. 441-458, 2016.

NERI, Stefano. **La fondazione Cresci@amo del comune di Modena**. 2012a. Disponível em: <https://www.secondowelfare.it/enti-locali/-la-fondazione-per-le-scuole-dellinfanzia-di-modena.html> Acesso em: 1 fev. 2021.

NERI, Stefano. **L'innovazione istituzionale al tempo della crisi: la fondazione per le scuole dell'infanzia di Modena**. 2012b. Disponível em: <https://www.secondowelfare.it/governi-locali/enti-locali/la-fondazione-per-le-scuole-dellinfanzia-di-modena/> Acesso em: 1 fev. 2021.

PERONI, Vera M. Vidal. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera M. Vidal (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PICCININI, S.; GIUDICI, C. Reggio Emilia: uma cidade em transformação. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**. A experiência de Reggio Emilia em transformação. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 103-112. v. 2.

PLANILLO, Alfredo H. **Loris Malaguzzi**. Una biografia pedagogica. 2. ed. Lombardia: Edizioni Junior, 2020.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

REGIONE EMILIA-ROMAGNA. Servizio Politiche sociali e socio educative. **Rapporto informativo sull'offerta educativa 0-6 in Emilia-Romagna dati dell'anno educativo e scolastico 2018-2019**. 2020. Disponível em: <https://sociale.regione.emilia-romagna.it/documentazione/pubblicazioni/prodotti-editoriali/2020/rapporto-informativo-sullofferta-educativa-0-6-in-emilia-romagna> Acesso em: 25 jan. 2021.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e prender**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

ROSETTI, Anna; PASSARINI, Gino. Politiche regionali per le scuole dell'infanzia. In: CAMPIONI, Lorenzo; MARCHESI, Franca (org.). **La strada maestra**. Tracce di storia delle scuole comunali dell'infanzia nei comuni capoluogo dell'Emilia-Romagna. Bolonha: Zeroseiup, 2018. p. 47-58.

SABATINELLI, Stefania. **Politiche per crescere**. La prima infanzia tra cura e investimento sociale. Bolonha: Il Mulino, 2016.

UNIVERSO ON LINE. **Cotações**. 2023. Disponível em:  
<https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/> Acesso em: 2 out. 2023.

**Revisão gramatical realizada por:** Andrea de Freitas Ianni  
**E-mail:** [andreaanni1@gmail.com](mailto:andreaanni1@gmail.com)